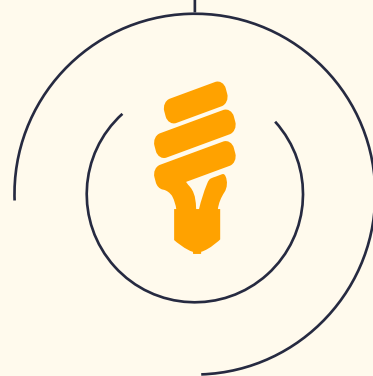




O PAPEL DOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NO FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Instituto
de Relações
Internacionais



LACID



O PAPEL DOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NO FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL

Maria Elena Rodriguez¹

Rafaela Mello Rodrigues de Sá²

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira³

Renan Guimarães Canellas de Oliveira⁴

1. Professora do Instituto de Relações Internacionais PUC-Rio. Coordenadora do Laboratório de Cooperação e Financiamento do Desenvolvimento (LACID) Brics Policy Center

2. Mestre em Relações Internacionais PUC-Rio. Equipe LACID

3. Doutorando do Instituto de Relações Internacionais PUC-Rio. Equipe LACID

4. Estudante do Instituto de Relações Internacionais PUC-Rio. Equipe LACID

SOBRE O BRICS POLICY CENTER

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), *think thank* vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE BPC

Diretora do Instituto de Relações Internacionais

Isabel Rocha de Siqueira

Diretora do BRICS Policy Center

Marta Fernández

Conselho Acadêmico

Isabel Rocha de Siqueira

Maria Elena Rodriguez

Marta Fernández

Paulo Esteves

Coordenadora Administrativa

Lia Frota e Lopes

Gerente de Projetos

Clara Costa

Assistente de Projetos

Luana Freitas

Rua das Laranjeiras, 307, 3º andar – Casas Casadas | Laranjeiras

Rio de Janeiro/RJ CEP: 22240-004

www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

Autores:

Maria Elena Rodriguez

Rafaela Mello Rodrigues de Sá

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

BPC POLICY BRIEF V. 14 N. 4

DEZEMBRO/2023

RIO DE JANEIRO. PUC - BRICS POLICY CENTER

ISSN: 2357-7681

32 P ; 21CM X 29,7CM

Design:

Ana Dibiasi

KEY-WORDS: Transição Energética; Bancos

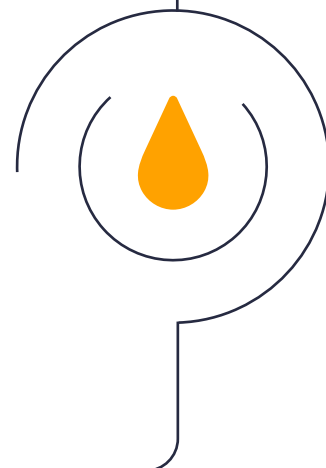
Multilaterais de Desenvolvimento; Banco Mundial;

NBD; BID; Financiamento

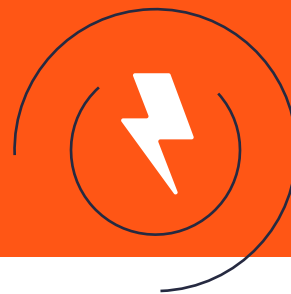


SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO (BMDS) E O FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO: NARRATIVAS E PRÁTICAS	11
2.1 Banco mundial	11
2.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	17
2.3 Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	21
3. COMPARAÇÕES E TENDÊNCIAS	26
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31



1. INTRODUÇÃO





Com a assinatura do Acordo de Paris em 2015, foi institucionalizada a meta de manter o aumento da temperatura do planeta abaixo do 2°C, a partir de esforços em direção à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Nesse sentido, os atores envolvidos apresentaram seus compromissos para estabelecer políticas e estratégias que pudessem reduzir as emissões de carbono nos mais diversos setores da economia.

Esse processo de redução das emissões pode ser denominado de descarbonização, que consiste na substituição de fontes energéticas que utilizam combustíveis

fósseis por fontes renováveis e limpas, além do incentivo ao uso de tecnologias voltadas à eletrificação, como os carros elétricos. Este movimento promove uma transformação em direção à uma economia de baixo carbono nos mais diversos setores.

Especificamente no setor energético, esta transformação se denomina transição energética, ou seja, a busca em reduzir as emissões de gases de efeito estufa na matriz energética. Para isso, o aumento das fontes renováveis é encorajado em detrimento do uso de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo.

Tabela 01: Quais atividades contribuem para a transição?

CONTRIBUI PARA A TRANSIÇÃO	NÃO CONTRIBUI PARA A TRANSIÇÃO
<p>Geração eólica, solar, hidrelétrica⁵, geotérmica, biomassa, além de projetos de eficiência energética, ou financiamentos para melhorar e ampliar a transmissão, distribuição ou modernização da infraestrutura energética.</p> 	<p>Combustíveis fósseis, como carvão mineral, gás natural⁶ ou derivados do petróleo, e energia nuclear, ou atividades econômicas correlatas.</p> 

Fonte: Elaboração própria

5. Apesar de hidrelétricas serem consideradas fontes de energia renovável - pois utiliza a força da água para gerar eletricidade -, a construção de usinas hidrelétricas pode gerar impactos socioambientais, como o deslocamento de comunidades, a alteração dos cursos dos rios, a redução da biodiversidade e a emissão de gases de efeito estufa pelo processo de decomposição da matéria orgânica submersa. Portanto, é importante avaliar os impactos de cada projeto hidrelétrico e buscar mitigá-los.

6. O gás natural é um combustível fóssil relativamente limpo quando comparado ao carvão ou produtos derivados de petróleo, pois, quando queimado para produção de energia, resulta em menos emissões de quase todos os tipos de poluentes do ar e dióxido de carbono (CO₂) do que essas outras fontes para produzir a mesma quantidade de energia. No entanto, pode-se afirmar que a exploração, perfuração e produção de gás natural afetam o desenvolvimento sustentável. Isso porque as atividades de perfuração poluem o ar e podem produzir grandes volumes de água contaminada. Além disso, poços de gás natural e dutos geralmente têm motores para operar equipamentos e compressores, que produzem poluição do ar e sonora (EIA, 2022). Dessa forma, é incoerente considerar o gás natural como uma fonte de energia limpa que contribua para a transição energética.

Neste contexto, há o grande desafio de endereçar o *gap* entre a infraestrutura existente, predominante em estruturas baseadas em fósseis, e a falta de financiamento disponível para alcançar o patamar desejado - marcada por maiores níveis de energias renováveis e pela utilização de tecnologias que permitam maior eficiência e armazenamento.

Considerando o atual cenário, que se caracteriza por uma significativa dependência de combustíveis fósseis - representando 82% do uso de energia primária em 2021 (BP, 2022, p. 03) - um grande questionamento vem sendo realizado: como é possível alinhar a meta do Acordo de Paris, gerando redução das emissões de carbono e declínio de novos investimentos em combustíveis fósseis, com o contexto de dependência da economia nestes combustíveis?

No debate sobre o financiamento da transição energética, é possível encontrar uma variedade de atores envolvidos que podem contribuir ativamente, desde agentes pri-

vados como empresas, fundos e bancos comerciais, até atores públicos, como governos, bancos nacionais e multilaterais de desenvolvimento.

Desde 2015, com o estabelecimento do Acordo de Paris durante a COP 21, Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)⁷ começaram a estabelecer compromissos coletivos, traduzidos em metas, ações, iniciativas e princípios voluntários, com o objetivo de aumentar o financiamento climático a partir da necessidade de descarbonizar a economia global. Nesse contexto, o *Joint MDB Climate Finance Group*, grupo que realiza relatórios anuais medindo os esforços destes BMDs para as mudanças climáticas, anunciou, em 2017, uma estrutura conjunta para abordar os objetivos do Acordo de Paris, influenciando suas operações e métricas para avaliar suas respectivas contribuições para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas (World Bank, 2018). A tabela e o gráfico 1 colocam em perspectiva o panorama atual da contribuição dos bancos para as mudanças climáticas.

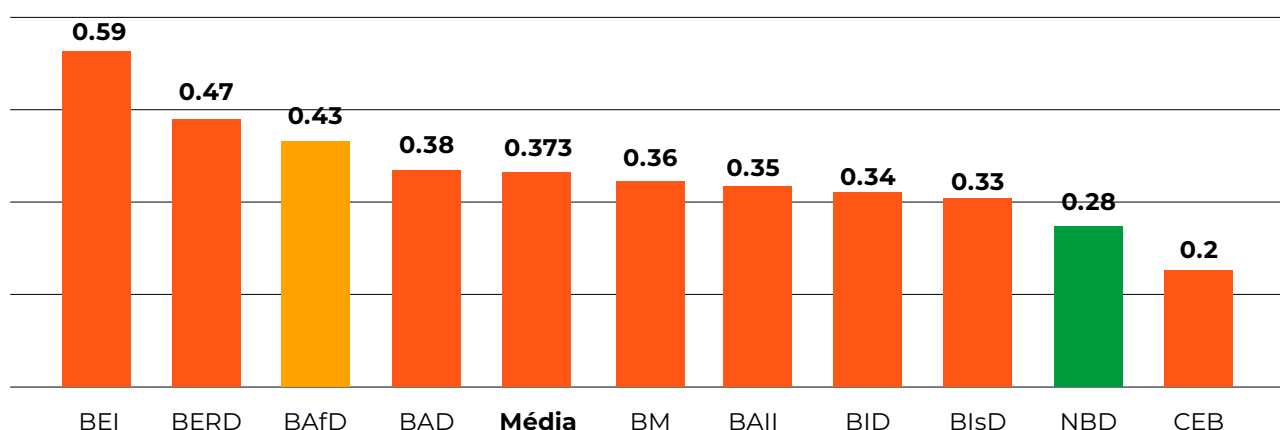
7. Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Banco Islâmico de Desenvolvimento, Novo Banco de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento e Banco Mundial.

Tabela 2: Contribuição atual para a mudança climática e metas pós-pandêmicas dos BMDs⁸

METAS CLIMÁTICAS POR BANCO			
Banco	Valores atuais (2022)	Meta	Período
BAfD	45%	O financiamento climático corresponderá a 40% do total de aprovações anuais, das quais pelo menos 50% serão financiamentos para adaptação climática	2020 - 2025
BAD	39%	75% das suas operações (em uma média móvel de três anos) será para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. US\$ 100 bilhões	2019 - 2030
BAII	35%	50%, totalizando US\$ 50 bilhões (no acumulado)	2025 (a meta de 50%) 2030 (a meta de US\$ 50 bilhões)
BERD	43%	50%	2025
BEI	57%	50%	2025
BID	34%	Maior que 30%	2020 - 2023
BIsD	33%	35%	2025
NBD	28%	40%	2022 - 2026
BM	37%	35%	2021 - 2025
Média	39%	45%	2026

Fonte: Elaboração do autor a partir de EIB (2023).

Gráfico 1: % do seu portfólio destinado a mudanças climáticas (2019 – 2022)



Fonte: Elaboração do autor a partir de EIB (2023).

8. Dentre todos os bancos do relatório, o BDCE foi o único ao qual não houve a menção de uma meta, o que influencia na taxa percentual média dos valores atuais destinados a mudanças climáticas. A média contando com o BDCE é de 37,3%, enquanto sem o BDCE sobe para 39%.

Se por um lado os bancos multilaterais introduzem metas e compromissos coletivos, por outro, estas instituições também apresentam estratégias próprias. A análise desses documentos institucionais e destes planos de ação permitem não só a avaliação da atuação destes bancos no que tange o financiamento para o clima, como também possibilita observar o que cada um dos bancos considera como transição energética, identificando os setores prioritários e a interpretação dessas instituições sobre questões que estão em debate, como por exemplo o uso do gás natural como fonte intermediária, ou a interpretação das usinas hidrelétricas como energia renovável e limpa, apesar dos riscos socioambientais envolvidos.

Nesse sentido, esta pesquisa tem o intuito de apresentar as principais características da atuação dos BMDs no debate sobre o financiamento da transição, a fim de examinar não só as iniciativas e estratégias institucionais dos bancos⁹, mas também compreender as metas climáticas, principalmente no que tange o processo de transição energética, dos principais bancos

multilaterais que atuam na América Latina: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)¹⁰.

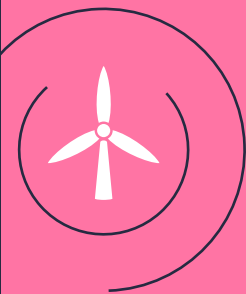
Com o intuito de avaliar a prática destas instituições, foram mapeados e categorizados todos os financiamentos para o setor de energia realizados para a região pelos três bancos, desde o ano de 2015, quando foi assinado o Acordo de Paris, até dezembro de 2022. Estes financiamentos foram classificados em setores, demonstrando sua contribuição ou não para o processo de transição energética, sendo possível avaliar também quais países foram mais beneficiados com financiamentos por cada banco e se houve um avanço desses financiamentos ao longo dos anos.

O documento está estruturado da seguinte forma: Primeiro, são analisados os discursos e padrões do Banco Mundial, BID e NBD em termos de financiamentos para o setor de Energia na América do Sul. Em seguida, uma perspectiva comparada é adotada, observando as diferenças e tendências entre eles para os próximos anos.

9. Importante evidenciar que nas próximas seções será apresentada, principalmente, a abordagem dos bancos no que diz respeito às estratégias para lidar com os impactos das mudanças climáticas, demonstrando o que as instituições estão declarando e quais são seus compromissos.

10. As informações disponíveis sobre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) não foram suficientes para inserir a instituição no escopo da pesquisa.

2. OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO (BMDs) E O FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO: NARRATIVAS E PRÁTICAS



Tendo em vista que os BMDs se comprometeram com a agenda da transição energética, faz-se importante analisar como, de fato, essas instituições atuam. Estas metas, sejam coletivas ou individuais, são compromissos voluntários das instituições. A intencionalidade dos bancos é demonstrada a partir de suas estra-

tégias, no entanto, cabe avaliar se estes esforços possuem relação com as condições materiais. Para isso, não só os compromissos e princípios das instituições serão apresentados, mas também serão analisados os financiamentos realizados, para examinar, em algum grau, a efetividade destas propostas.

2.1 BANCO MUNDIAL

As ações e estratégias do Banco Mundial para lidar com as questões climáticas foram reforçadas após o Acordo de Paris, em 2015. Porém, em 2013, a instituição lançou um documento setorial direcionado à energia - *Energy Sector Directions Paper (2013)* - que objetivava “apoiar seus países-membro a garantir o fornecimento de energia acessível, confiável e sustentável necessário para acabar com a pobreza e promover a prosperidade compartilhada” (Banco Mundial, 2013, p. 10, tradução própria). Neste documento, já eram apontadas as intrínsecas relações entre as ações climáticas e as questões energéticas, demonstrando o alto índice de emissões de carbono associados à produção e ao consumo de energia (Banco Mundial, 2013, p. 7).

No escopo deste direcionamento institucional foram apontadas algumas características que ajudam a compreender a noção de transição energética do banco naquele momento. A eficiência energética e a ampliação das energias renováveis são destacadas como grandes contribuições para este processo. Além disso, o desenvolvimento de hidrelétricas é mencionado de forma positiva, sendo retratado como “a maior fonte de energia renovável acessível” (Banco Mundial, 2013, p. 22), incentivando projetos hidrelétricos de todos os tamanhos e tipos, apesar dos graves impactos socioambientais atrelados.

A partir do reconhecimento dos impactos negativos do carvão para as questões climá-

ticas, o banco se comprometeu a interromper os financiamentos de projetos de geração de energia elétrica baseados no carvão, aprovando apenas em raras circunstâncias (Banco Mundial, 2013, p. 25). Este compromisso foi corroborado na realidade, uma vez que, desde 2015, nenhum dos projetos para a América do Sul envolvendo o setor de energia estão relacionados ao carvão.

Ademais, a instituição também declarou a ampliação de financiamentos voltados para o gás natural, o qual é considerado pelo banco como o combustível fóssil com a mais baixa intensidade de carbono, sendo um intermédio para um futuro com baixas emissões (Banco Mundial, 2013, p. 23).

Após a formalização do Acordo de Paris, o Banco Mundial publicou uma estratégia, em 2016, para lidar com os desafios climáticos, chamada *Climate Change Action Plan (2016-2020)*. A instituição apresenta mudanças estratégicas, buscando apoiar a implementação dos planos e metas dos países-membro, integrando as agendas climáticas com as operações internas, além de elaborar políticas e programas de investimento para as finanças climáticas, mobilizando também o financiamento privado (Banco Mundial, 2016, p. 1).

Destaca-se o compromisso da instituição de “aumentar a participação de sua carteira relacionada ao clima de 21 para 28% até 2020 em resposta à demanda dos clientes, alcançando potencialmente USD 29 bilhões por ano até 2020” (Banco Mundial, 2016, p. 1, tradução própria). Considerando os dados apresentados pelo *Joint Report on Multilateral Development Banks’ Climate Finance*,

relativo ao 2020, o financiamento climática equivale a 29% das operações totais do banco (*Joint Report on Multilateral Development Banks’ Climate Finance*, 2021, p. 13).

No que tange a questão energética, com grandes incentivos e instrumentos para favorecer os investimentos em energia renovável, o banco visa alcançar a “meta de adição de 20 gigawatts (GW) na geração de energia renovável durante cinco anos, ou seja, uma duplicação das adições atuais” (Banco Mundial, 2016, p. 32, tradução própria). É possível avaliar este esforço do banco, a partir do aumento dos investimentos em renováveis. Desde 2015, a instituição financiou 7 projetos para esta finalidade, de um total de 24 projetos do setor energético para a América do Sul.

Cabe salientar também que a instituição continua estimulando o desenvolvimento de grandes centrais hidrelétricas, incluindo esse tipo de geração elétrica na categoria de renováveis, apesar das controvérsias e riscos socioambientais associados. Além disso, o banco aumentará suas operações para projetos de eficiência energética, entendida como uma área crucial para propiciar a redução das emissões de carbono, estabilizar as questões envolvendo as mudanças climáticas e permitir acesso universal à energia (Banco Mundial, 2016, p. 33-34). O banco também evidencia a redução de investimentos em combustíveis fósseis, sendo limitados a “situações de emergência, fortes casos de impactos no desenvolvimento, ou quando eles apoiam uma transição para uma mistura de energia mais limpa” (Banco Mundial, 2016, p. 35).

Em 2021, a estratégia do Banco Mundial foi atualizada com o lançamento do documento *Climate Change Action Plan (2021-2025)*, visando aprimorar as ações institucionais sobre as mudanças climáticas, apoiando países e clientes do setor privado a maximizar o impacto do financiamento climático na redução das emissões de carbono (Banco Mundial, 2021, p. 2).

O plano de ação destaca a grande demanda de financiamento para dar suporte à transição, principalmente em certos países que ainda necessitam realizar grandes investimentos públicos de longo prazo, para reduzir o uso do carvão, por exemplo. Também evidencia a estimati-

va de que “os países em desenvolvimento precisarão de cerca de USD 4 trilhões por ano em investimentos até 2030 para construir infraestrutura que atenda às suas necessidades de desenvolvimento” (Banco Mundial, 2021, p. 6).

Por isso, o Banco Mundial se comprometeu a aumentar os financiamentos climáticos para este período, ampliando a meta anterior de 28% para 35% das operações direcionadas a investimentos focados no clima até 2025. Esta meta mais ambiciosa é introduzida após o recorde alcançado em 2020, atingindo USD 21,4 bilhões em financiamento relacionado ao clima (Banco Mundial, 2021, p. 6).

“Se em 2020 a meta era alcançar 28% do financiamento para o clima em relação às operações totais, para 2025 o Banco Mundial busca estabelecer um compromisso de 35% de seus projetos para esse fim”

Outro compromisso divulgado é a intenção do Banco Mundial de alinhar todas as operações aprovadas a partir de 1º de julho de 2023 às metas climáticas. Desse modo, a instituição está desenvolvendo metodologias para avaliar este alinhamento, além de implementar orientações e treinamento em nível setorial para assegurar a convergência com os compromissos climáticos existentes (Banco Mundial, 2021, p. 15).

Ademais, o Banco Mundial tem a intenção de expandir o acesso à energia, dada a falta de eletricidade de mais de 800 milhões de pessoas ao redor do mundo. Nesse sentido,

com vistas a estabelecer ações para apoiar os países e clientes privados para expandir o acesso à energia de acordo com a visão do ODS 7, a instituição irá realizar ações, tais como: “reformas de subsídios e melhoria do desempenho dos serviços públicos; investimento em projetos para aumentar o acesso à energia, inclusive através de energia renovável e melhoria da eficiência energética; e uma transição justa para longe do carvão” (Banco Mundial, 2021, p. 20).

No plano também são citadas iniciativas como o hidrogênio verde, que está ganhando atenção como uma alternativa ao hidro-

gênio derivado de combustíveis fósseis. A energia hidrelétrica também é evidenciada como uma importante fonte de energia limpa - e uma opção importante para apoiar a integração de energia eólica e solar em sistemas de energia (Banco Mundial, 2021, p. 21).

Por fim, a instituição também aborda a questão da transição justa para longe da dependência do carvão, buscando não só acelerar o fechamento das minas e usinas elétricas a carvão com a promoção de novas fontes de emprego e crescimento econômico para as pessoas, comunidades e regiões afetadas, mas também planejando reduzir ou evitar o uso do carvão, com a utilização de fontes de energia de baixo carbono. Nesse contexto, o banco destaca o papel do gás natural, proporcionando au-

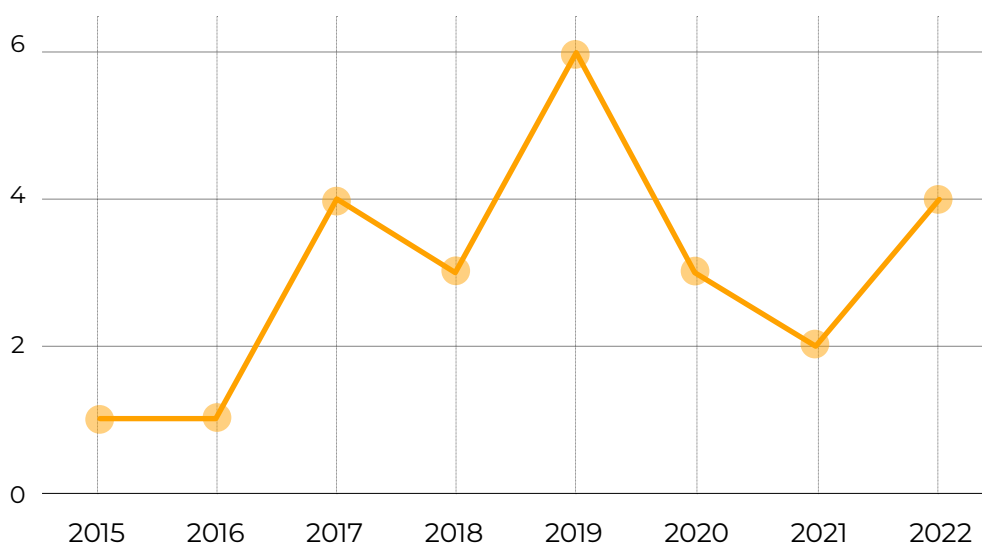
mentos de confiabilidade do fornecimento de energia (Banco Mundial, 2021, p. 24). Relacionado a isso, o banco anunciou, em 2019, que iria parar de financiar operações de exploração de petróleo e gás (Volcovici et al, 2021).

Considerando apenas os projetos voltados à energia para a América do Sul, é possível compreender que este compromisso vem sendo perseguido pelo banco, uma vez que não há o registro de financiamentos voltados à exploração de petróleo e gás a partir de 2019. Importante ressaltar a ocorrência de um projeto para a Guiana em 2019 que está relacionado ao setor de óleo e gás, porém está voltado mais à elementos institucionais e não de exploração. A análise dos dados será apresentada a seguir.

ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS DO BANCO MUNDIAL PARA O SETOR DE ENERGIA NA AMÉRICA DO SUL

Em relação aos dados do Banco Mundial para a América do Sul, os financiamentos para o setor energético totalizaram 24 projetos, com mais de USD 7,5 bilhões direcionados desde 2015.

Gráfico 2: Número de financiamentos para o setor de energia para a América do Sul por ano

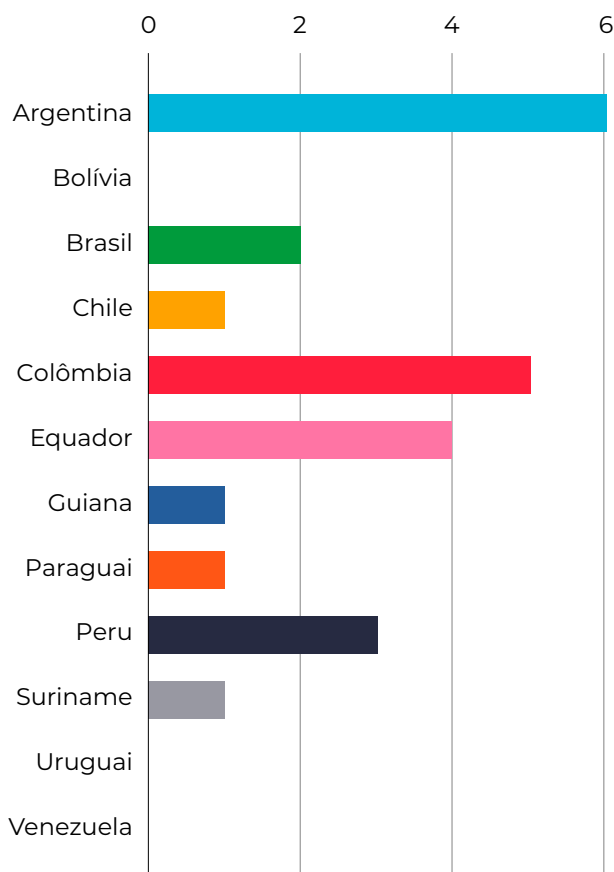


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022)

Em perspectiva temporal, pode-se identificar, em certo nível, uma tendência crescente, com uma diminuição dos projetos em 2020 e 2021, período de crise pandêmica. No entanto, até setembro de 2022, foi registrado uma quantidade de financiamentos nos mesmos patamares de 2017, demonstrando uma retomada, como ilustrado no gráfico acima.

No que tange a distribuição desses financiamentos em relação aos países da região, o gráfico ao lado demonstra que alguns países acabam registrando uma quantidade maior de projetos financiados que outros.

Gráfico 3: Número de financiamento para o setor de energia para a América do Sul por país

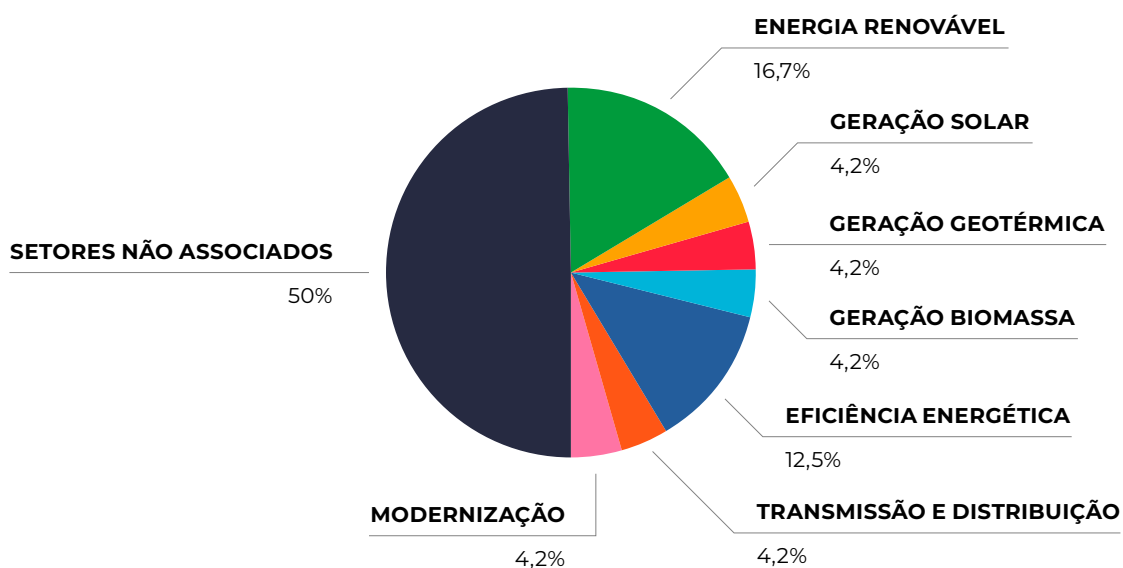


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022)

A Argentina registrou 6 projetos, direcionados para iniciativas de energia renovável, geração solar e eficiência energética. A Colômbia obteve 5 financiamentos para este setor, com certos empreendimentos voltados para energia renovável, e outros direcionados a áreas que não estão associadas

à transição energética. Já o Equador recebeu 4 financiamentos, no entanto, apenas 1 deles está associado à transição. O restante dos países registrou menos de 3 projetos, com destaque para Bolívia, Uruguai e Venezuela que não obtiveram nenhum financiamento aprovado para o setor de energia.

Gráfico 4: Número de financiamento para o setor de energia para a América do Sul por setor



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022)

Importante mencionar que 50% dos projetos categorizados pela instituição como pertencentes do setor de energia acabam não estando associados ao processo de transição energética de fato, com o financiamento de projetos de apoio à gestão e administração pública, ou para setores de óleo e gás e mineração.

Por outro lado, os 50% de projetos restan-

tes são distribuídos por diversos setores, com ênfase para os financiamentos voltados para energia renovável¹¹ e eficiência energética. Nesse sentido, pode-se compreender que apenas USD 5,6 bilhões do total de USD 7,5 bilhões representam uma contribuição efetiva para o processo de transição energética, e consequentemente são considerados para as metas para o financiamento climático da instituição.

11. Nestes casos, não há especificação sobre qual o tipo de geração de energia que será a majoritária nos projetos.

2.2 BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

O banco, já em 2016, lança a Resolução Bahamas, com o objetivo de aumentar os financiamentos para a Mudança Climática. Neste escopo, há a criação do setor de Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CSD) e o estabelecimento do NDC Invest como um mecanismo de apoio aos países da América Latina para desenvolver e implementar as Contribuições Determinadas nacionalmente (NDCs) (BID, 2020a, p. 2).

Na estratégia do *Climate Change Action Plan* (2016-2020), o banco colocou a meta de direcionar 30% do total de aprovações de empréstimos, garantias, subvenções de investimento, cooperação técnica e operações de capital do BID às questões climáticas até 2020 (BID, 2021a, p. 06). Para garantir a concretização dessa meta, o banco apela para a relevância do setor privado para ampliar os recursos financeiros para esta área, ao mesmo tempo, com as estra-

tégias de longo prazo dos países-membro (BID, 2020a, p. 14, 29).

De acordo com o *Joint Report on Multilateral Development Banks' Climate Finance* que aborda o ano de 2020, "o financiamento climático do BID atingiu 30% do montante total aprovado no ano em questão" (*Joint Report on Multilateral Development Banks' Climate Finance*, 2021, p. 14), cumprindo a meta desejada.

A nova estratégia do BID - *Climate Change Action Plan* (2021-2025) - além de estabelecer um alinhamento dos financiamentos para lidar com a pandemia com as questões climáticas - buscando investimentos que priorizem a recuperação sustentável - o BID também decidiu manter sua meta de garantir 30% dos financiamentos sendo direcionados ao clima (BID, 2021a, p. 23), mas com a adição de outras ações adicionais (BID, 2021a, p. 10).

“O BID manteve o compromisso de direcionar 30% do total de aprovações às questões climáticas até 2025”

Um dos exemplos citados pelo documento é a integração das agendas de mudanças climáticas com a questão da biodiversidade, a partir da noção de que soluções baseadas na natureza contribuem para a mitigação e ajudam a estabilizar o aquecimento. Nesse sentido, o BID anunciou que

irá detalhar sua abordagem em um plano de ação específico sobre a integração da biodiversidade nas ações do banco (BID, 2021, p. 8). Relacionado a isso, cabe mencionar a Iniciativa Amazônia lançada pela instituição em 2021, com o objetivo de "conceber modelos de desenvolvimento sus-

tentável baseados no capital humano, na riqueza natural e no patrimônio cultural da região amazônica” (BID, 2021b).

Tanto a relevância do setor privado, quanto a prioridade das demandas dos países permanecem como importantes elementos desta nova estratégia. Outro compromisso apontado nesta estratégia é a garantia de que 100% dos projetos com risco moderado ou alto de desastres seja monitorado, identificando ações de resiliência até 2023 (BID, 2021a, p. 21).

No primeiro eixo sobre apoio a políticas, podemos citar algumas ações propostas, como por exemplo: o apoio aos países a fim de auxiliá-los na atualização de suas NDCs, além de dar suporte ao setor privado a elaborar projetos sustentáveis e alinhados a estas metas nacionais (BID, 2021a, p. 41). O segundo eixo que trata sobre o alinhamento dos objetivos com o Acordo de Paris pode ser representado pelas ações internas de definir uma metodologia para avaliar o risco climático na carteira de financiamentos, desenvolver uma ferramenta de rastreamento das emissões de carbono, além de treinar a equipe para aplicar práticas sustentáveis nas etapas dos projetos (BID, 2021a, p. 42-43). O terceiro eixo aborda a questão da resiliência climática, com políticas para apoiar avaliações de risco de desastres em nível multinacional, nacional, subnacional, setorial e de projeto, além de ações como a promoção de programas de transferência de dinheiro para fornecer apoio imediato às populações atingidas por desastres (BID, 2021a, p. 43-44).

No quarto eixo, o compromisso de direcionar 30% dos financiamentos às finanças climáticas se destaca. Já no quinto eixo, as ações voltadas à transparência e prestação de contas são evidenciadas, tais como a implementação de mecanismos para promover o uso de indicadores de resiliência climática no nível do projeto e o aprimoramento dos relatórios sobre como as operações de mudança climática contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por fim, o sexto eixo apresenta melhorias nas práticas e na governança interna do banco, buscando aumentar a quantidade de eletricidade proveniente de sistemas solares e substituir veículos próprios por modelos mais eficientes, híbridos ou totalmente elétricos (BID, 2021a, p. 46-48).

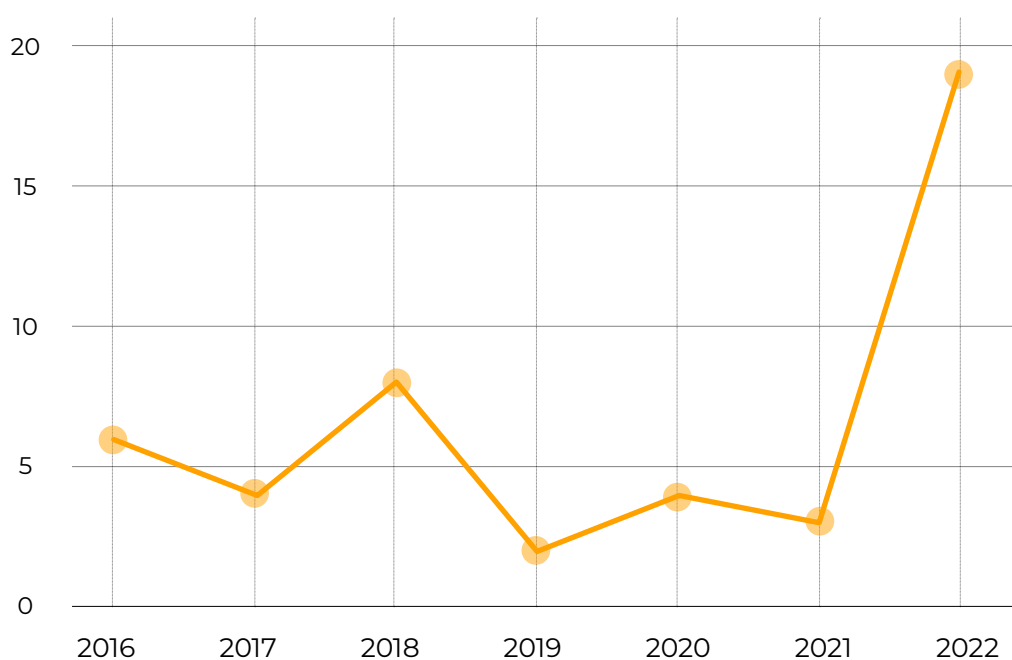
Além disso, cabe destacar também o lançamento do “Marco de Políticas Ambientais e Sociais” do BID, em 2020. No documento, é possível encontrar informações sobre os compromissos da instituição sobre setores que não irão receber investimento do banco. Estas informações são reafirmadas no plano de ação em 2021, determinando que o BID não irá financiar atividades incompatíveis com os compromissos do BID para enfrentar os desafios da mudança climática, como por exemplo: “(i) mineração térmica ou geração de energia elétrica a carvão e instalações associadas; (ii) projetos de exploração e desenvolvimento de petróleo; (iii) projetos de exploração e desenvolvimento de gás” (BID, 2020b, p. 21). Este compromisso foi comprovado, pelo menos no que tange os financiamentos para o setor de energia mapeados, como apresentados a seguir.

ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS DO BID PARA O SETOR DE ENERGIA NA AMÉRICA DO SUL

No que se refere aos dados do BID para a América do Sul, os projetos voltados ao setor de energia totalizaram 53 projetos, com mais de USD 6,3 bilhões mapeados desde 2015. Demonstrando que, apesar da quantidade de projetos representar quase o dobro dos financiamentos do Banco Mundial no mesmo período, o valor desembolsado é menor.

A distribuição desses projetos ao longo dos 8 anos considerados na pesquisa pode ser percebida no gráfico a seguir.

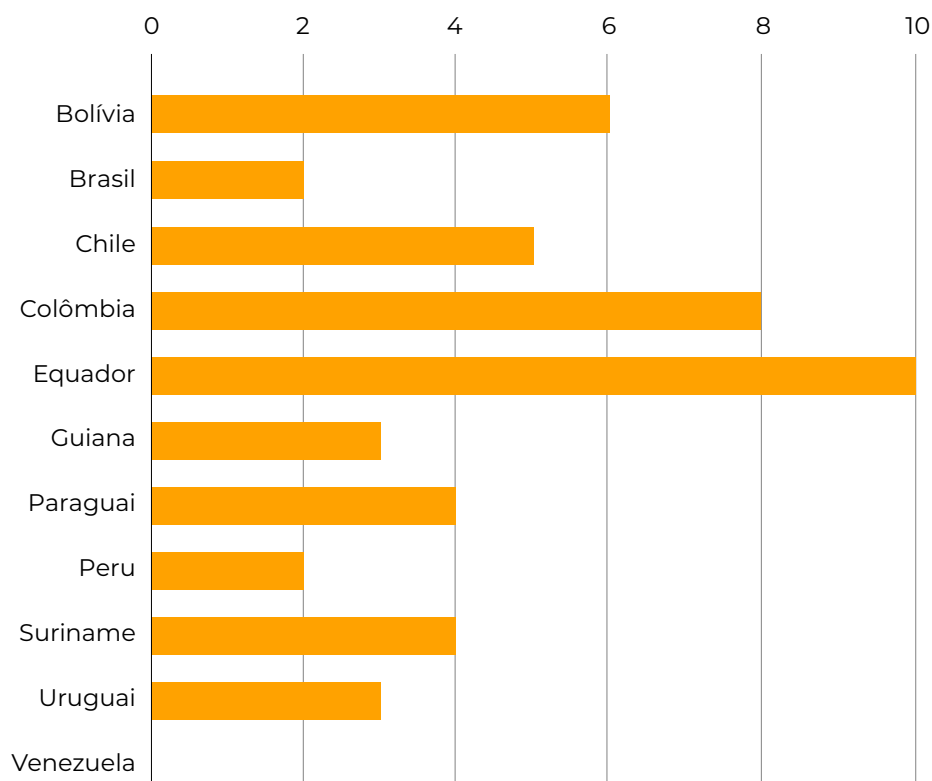
Gráfico 5: Número de financiamento para o setor de energia para a América do Sul por ano



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022)

Se por um lado, há um pico na quantidade de projetos em 2022, com 19 projetos; por outro lado, de 2019 a 2021, houve um registro reduzido de financiamentos. A retomada em 2022 sinaliza para uma tendência de crescimento de financiamentos no setor de energia por parte da instituição.

Gráfico 6: Número de financiamento para o setor de energia para a América do Sul por país



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022)

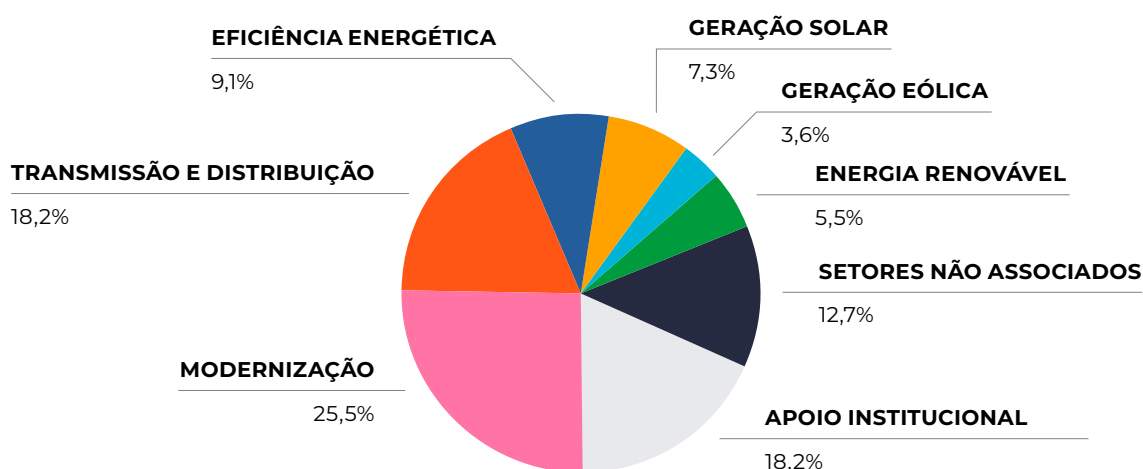
No que diz respeito à disposição desses financiamentos em relação aos países, é possível avaliar que o Equador registrou 10 projetos, sendo o país com maior número de financiamento, principalmente com foco nas áreas de transmissão, distribuição e modernização da matriz energética do país.

A Colômbia obteve 8 projetos, especialmente direcionados para eficiência energética e modernização. Já o Chile foi o terceiro país com mais financiamentos, totalizando 5 projetos focados na geração solar e na modernização. Cabe salientar que Bolívia e Uruguai, que não obtiveram

financiamentos para o setor de energia através do Banco Mundial, apresentaram uma quantidade representativa pelo BID, com 6 e 3 projetos respectivamente. Já a Venezuela continua não registrando nenhum projeto para a área de energia.

Em relação aos setores destas operações, diferentemente do Banco Mundial, a maior parte dos financiamentos do BID para o setor de energia acabam contribuindo para a transição energética dos países da América do Sul, com apenas 13,2% dos projetos sendo de setores não associados ao processo de transição, como indica o gráfico abaixo.

Gráfico 7: Número de financiamento para o setor de energia para a América do Sul por setor



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022)

No que tange a distribuição dos financiamentos em relação aos setores, pode-se destacar que o setor de modernização foi o que mais obteve financiamento, atingindo 25,5% e mais de USD 2,5 bilhões. Em segundo lugar, os projetos para trans-

missão e distribuição representam 16,2% dos financiamentos, com USD 1 bilhão destinados para esta área. E em terceiro lugar, os projetos para eficiência energética alcançaram quase 9,1%, com USD 941 milhões em financiamento.

2.3 NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD)

Com o objetivo de acessar as principais fontes de estratégia da instituição, foram selecionados dois documentos centrais que apresentam as principais características da atuação do NBD: a Estratégia Geral (2017-2021) e a Estratégia Geral (2022-2026). Ambos os documentos retratam os objetivos do banco desde seus primeiros anos. A partir disso, será possível compreender como as questões relacionadas à transição energética está inserida na abordagem do banco.

Em relação ao primeiro documento, que abrange as ações de 2017 até 2021, é importante destacar o foco operacional da instituição, que desde o início de suas operações vem buscando estabelecer esforços em direção a infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável, de modo que um dos principais objetivos estratégicos desse período era atingir 2/3 dos projetos financiados voltados para este fim (NDB, 2017, p. 12).

“Na estratégia de 2017-2021 do NBD, havia o objetivo de que 2/3 dos projetos financiados fossem voltados para infraestrutura sustentável”

De acordo com o banco, esta meta foi atingida e superada no ano de 2016, alcançando 78% dos financiamentos aprovados destinados à infraestrutura sustentável¹². Dentre eles, a grande maioria dos projetos foram direcionados à geração de energia renovável¹³ (NDB, 2017, p. 12). Dessa forma, segundo a instituição, pode-se compreender que o objetivo do NDB em se tornar um ator-chave no financiamento deste setor foi perseguido, ao menos no primeiro ano de operação.

Além disso, uma das áreas-chave do banco são os financiamentos para energia limpa. Nessa perspectiva, o documento de estratégia salienta que:

O NBD apoia a mudança para um caminho energético mais sustentável através da: i) transformação estrutural do setor energético, em particular promovendo tecnologias renováveis emergentes; ii) eficiência energética, incluindo a modernização de usinas elétricas existentes, revisão das redes elétricas e técnicas de construção eficientes em termos energé-

ticos; e iii) redução da poluição do ar, da água e do solo no setor energético (NDB, 2017, p. 20, tradução própria).

Para isso, pode haver projetos financiando atividades mais diretamente voltados à transição energética, como por exemplo a geração de energias renováveis eólica e solar, mas também empreendimentos que contribuem indiretamente e podem auxiliar esse processo de transição, tais como sistemas de armazenamento de energia, redes elétricas inteligentes adaptáveis e geração de energia baseada em resíduos sólidos (NDB, 2017, p. 20).

Outra questão que merece atenção é a percepção da instituição que os investimentos em infraestrutura verde estão se tornando cada vez mais presentes no contexto atual, em que “os custos da energia solar e de outras energias renováveis atingiram a paridade com os da energia baseada em combustíveis fósseis em muitos países” (NDB, 2017, p. 8, tradução própria). Demonstrando assim a relevância da temática no momen-

12. O conceito de infraestrutura sustentável para o NBD não possui definições claras da representação desses investimentos, apesar de ser foco central do banco. Isso pode acarretar um questionamento sobre o compromisso sustentável da instituição na seleção e implementação dos projetos.

13. Importante evidenciar que mesmo o financiamento direcionado à energia renovável não está livre de potenciais riscos socioambientais, sendo possível ocorrer graves impactos nas populações e nos territórios onde são realizados.

to atual e a importância do banco em atuar nesta esfera, de modo que “a energia verde é o presente e não o futuro” (NDB, 2017, p. 08, tradução própria).

Após os cinco primeiros anos de operação, o banco atualizou suas políticas e estratégias, determinando novos direcionamentos e ações, que estão traduzidos no documento de estratégia que irá englobar as atividades de 2022 até 2026. Neste documento foi realizado um balanço dos resultados alcançados durante o escopo da estratégia anterior. Segundo informações apresentadas, o banco direcionou esforços bem diversos para vários Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo 29% dos projetos para o ODS 9 sobre Indústria, Inovação e Infraestrutura, 15% para o ODS 11 sobre Cidades e Comunidades Sustentáveis e 13% para o ODS 7 sobre Energia Limpa e Acessível (NDB, 2022a, p. 15).

Dessa maneira, é possível compreender que houve uma prioridade para os setores de energia limpa e eficiência energética, que contribuem para o ODS 7, uma vez que esta área foi uma das que mais recebeu financiamento, de acordo com o banco.

Nesta estratégia, o setor de energia limpa e de eficiência energética continua sendo um dos pilares de atuação. O banco “continuará a apoiar a transição de seus países membros

para um caminho de desenvolvimento com baixas emissões, guiados pelas NDCs” (NDB, 2022a, p. 20, tradução própria). A prioridade concedida a este setor será mantida pelos próximos cinco anos, objetivando garantir “a utilização de energia limpa e renovável em escala, bem como aquelas que aumentam a eficiência da transmissão, distribuição e armazenamento de energia através de tecnologias transformadoras” (NDB, 2022a, p. 20, tradução própria) e “não considerará o financiamento de qualquer nova capacidade de geração de energia a carvão” (NDB, 2022, p. 20).

A instituição também declara que o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas e os riscos de desastres é uma das considerações-chave das operações, de modo que “o banco identificará e priorizará projetos ou componentes que contribuam para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, apoiará a transição para economias com menores emissões e ajudará os países a se adaptarem às mudanças climáticas” (NDB, 2022a, p. 21, tradução própria).

Por fim, cabe destacar a meta da estratégia atual de “direcionar 40% do financiamento total para projetos que contribuam para a mitigação e adaptação à mudança climática, incluindo a transição energética, entre 2022 e 2026” (NDB, 2022a, p. 28, tradução própria).

“O planejamento estratégico de 2022-2026 visa direcionar 40% do financiamento total para projetos que contribuam para a mitigação e adaptação à mudança climática, incluindo a transição energética”

Em relação ao compromisso do NDB em cessar investimentos em carvão e em outros combustíveis fósseis, é importante destacar que o documento “*Environment and Social Framework*”, lançado em 2016, não apresenta estes recursos na lista de exclusão da instituição. Porém, esta lista foi atualizada em 2020, com o lançamen-

to do documento “*Sustainable Financing Policy Framework: governing the issuances of green/social/sustainability debt instruments*”, em que tecnologias relacionadas ao carvão e aos combustíveis fósseis são priorizadas na lista de exclusão de investimentos do banco (NDB, 2020, p. 9).

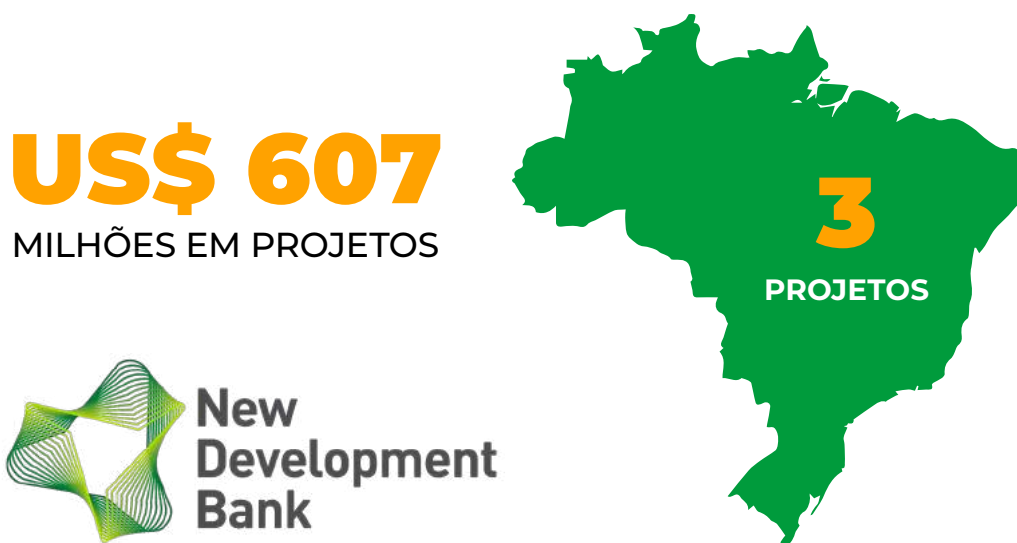
ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS DO NDB PARA O SETOR DE ENERGIA NA AMÉRICA DO SUL

No que se refere aos projetos do Novo Banco de Desenvolvimento para a região da América do Sul, foram registrados apenas 3 financiamentos para o setor de energia, visto que o único país a receber financiamento do banco do BRICS foi o Brasil. Além disso, cabe destacar que a instituição iniciou suas operações apenas em 2016, sendo um banco recente.

Importante mencionar que mesmo com a adesão do Uruguai à instituição em 2021, os tramites institucionais ainda não formalizaram nenhum projeto aprovado para este país. E nenhum outro país da região é membro do banco, exceto Brasil e Uruguai.

Nesse sentido, cabe evidenciar que os 3 projetos do NDB para o Brasil totalizaram mais de USD 600 milhões, como demonstra a figura abaixo:

Figura 1: Financiamento para o setor de energia na América do Sul



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NDB (2022b)

O quadro abaixo aborda as principais características dos financiamentos para o Brasil.

Quadro 1: Lista dos projetos do setor de energia no Brasil (NDB)

Projetos do NDB para o Brasil	ANO	VALOR	SETOR	AGÊNCIA IMPLEMENTADORA
Financiamento de projetos de energia renovável e transmissão associada	2016	US\$ 300 milhões	Energia Renovável	BNDES
Projeto Brasília Capital da Iluminação Solar	2021	US\$ 107 milhões	Eficiência Energética	Companhia Energética de Brasília
Projeto de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil	2022	US\$ 200 milhões	Energia Renovável	Banco do Brasil

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NDB (2022b)

O financiamento realizado em 2016 é considerado o primeiro projeto do banco aprovado para o Brasil. Ele foi realizado em parceria com o BNDES, em um movimento de co-financiamento entre as duas instituições em que cada uma delas contribuisse com USD 300 milhões para sub-projetos relacionados à energia renovável e transmissão associada (NDB, 2016).

O projeto “Brasília Capital da Iluminação Solar” foi proposto em 2021, e ainda aguarda aprovação do banco, tendo como agência implementadora a Companhia Energética de Brasília, com um valor que chega a USD 107 milhões. Nesse sentido, o projeto visa “reduzir o consumo de energia da iluminação pública do Distrito Federal em 50% por meio da substituição das lâmpadas de vapor metálico por lâmpadas de LED, além de fornecer capacidade de geração de energia renovável de 162,5 MW” (NDB, 2021, tradução própria).

Já o projeto “Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil” aprovada em 2022 foi liderada pelo Banco do Brasil, com o financiamento de USD 200 milhões a fim de “contribuir para alcançar as metas estabelecidas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil” (NDB, 2022c, tradução própria). Mesmo que este projeto esteja relacionado a diversos setores, ele também visa contribuir para energias limpas e acessíveis.

Dos financiamentos realizados pelo NDB 2/3 foram destinados para energia renovável e 1/3 foi voltado para eficiência energética. É importante mencionar que todos os projetos do banco do BRICS do setor de energia estão associados ao processo de transição energética, uma vez que o banco busca financiar energias limpas, exceto em algumas exceções com projetos de gás natural para China.

3. COMPARAÇÕES E TENDÊNCIAS



Levando em consideração a análise das estratégias institucionais e dos financiamentos mapeados apresentados acima, é relevante avaliar comparativamente não só as declarações realizadas pelos bancos sobre o fim de financiamento de carvão e combustíveis poluentes em suas opera-

ções, como também suas metas, compromissos e suas operações na prática, a fim de compreender coletivamente a atuação destes bancos. Na figura a seguir, é possível avaliar os compromissos institucionais ao longo do tempo.

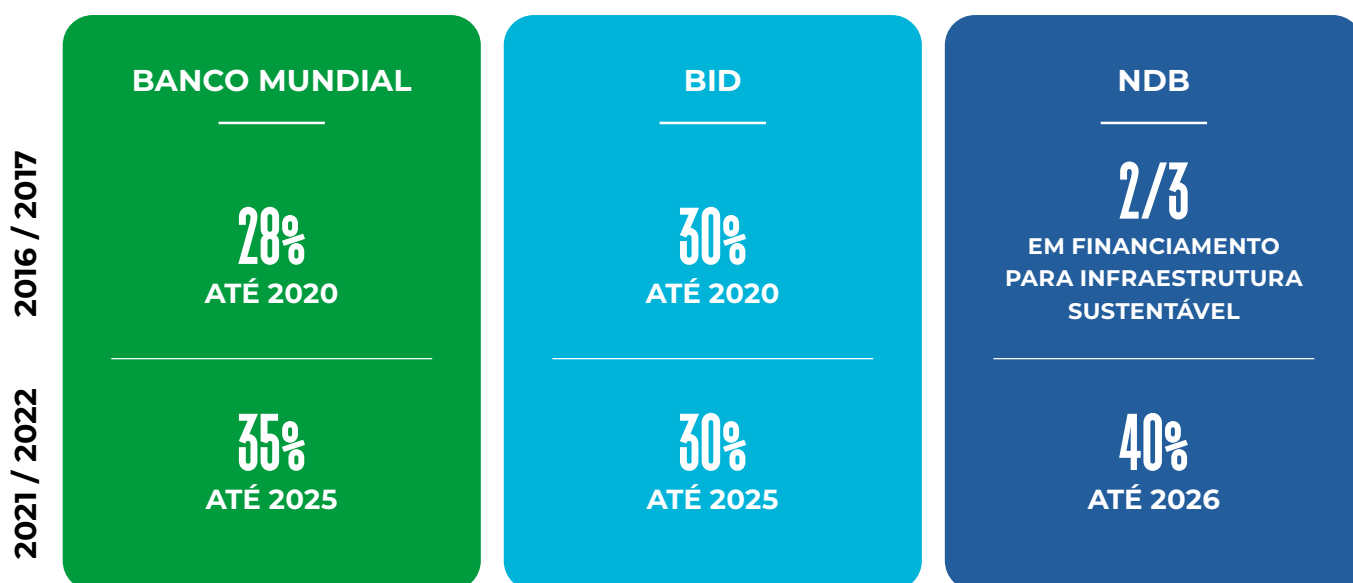
Figura 2: Linha do Tempo sobre os compromissos com o fim de financiamento de carvão e combustíveis fósseis



Fonte: Elaboração própria.

Colocando em perspectiva, é importante visualizar comparativamente as diferentes metas dos três bancos analisados em suas estratégias institucionais.

Quadro 2: Comparativo de Metas de Financiamento para Mudanças Climáticas



Fonte: Elaboração própria.

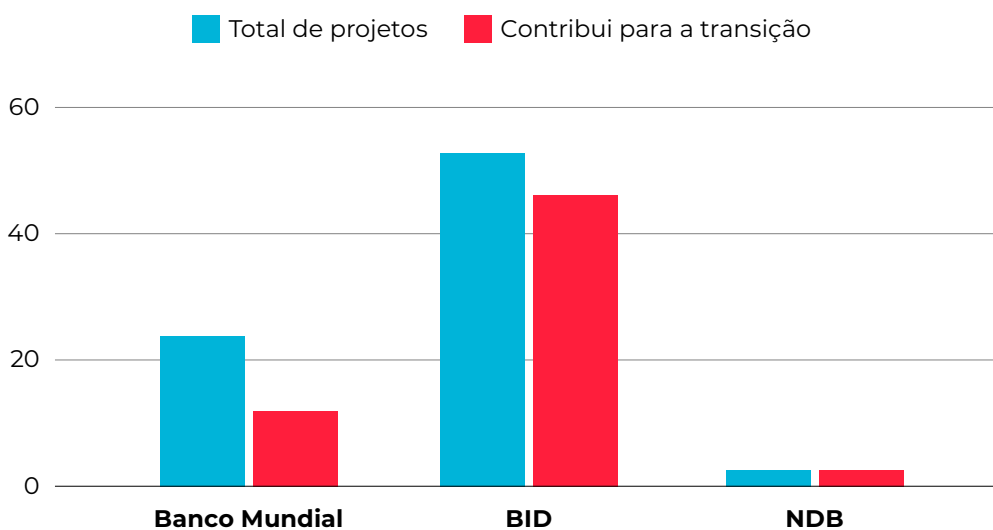
Se por um lado, o BID manteve sua meta institucional para o financiamento climático na estratégia de 2021, o Banco Mundial decidiu ampliar 7% seu objetivo para lidar com as Mudanças Climáticas. A nova estratégia geral do NDB representa um posicionamento ambicioso da instituição em buscar alcançar um alto objetivo até 2026.

Considerando essas informações, torna-se relevante avaliar qual a real contribuição

dessas três instituições para o processo de transição energética - sendo uma das vertentes das finanças climáticas - na região da América do Sul.

Dessa forma, o gráfico abaixo demonstra a relação do número de projetos totais em relação à quantidade de financiamentos associados a setores energéticos que contribuem para a transição.

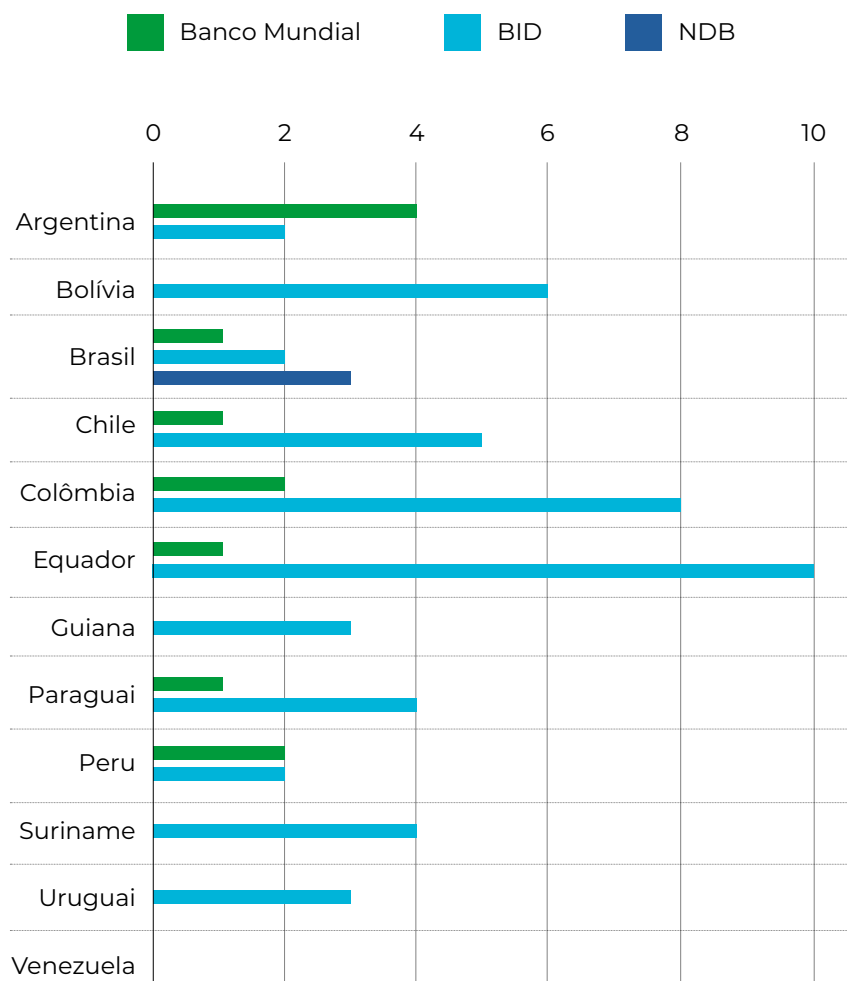
Gráfico 8: Número de projetos por instituição



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022), BID (2022), NDB (2022b)

A partir da ilustração acima, é possível verificar que apenas 7 dos 53 financiamentos do BID são de outros setores que não estão associados à transição. Por outro lado, metade dos projetos identificados do Banco Mundial não contribuem, demonstrando uma grande diferença entre as instituições. Ademais, como já mencionado, todos os financiamentos contabilizados do NDB são voltados para a transição.

Gráfico 9: Número de projetos que contribuem para a transição energética por instituição distribuídos por países



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (2022), BID (2022), NDB (2022b)

Seguindo a tendência dos gráficos anteriores, a figura acima apresenta a quantidade de projetos que contribuem para a transição energética por instituição distribuídos por países. Nesse sentido, pode-se perceber que, nos projetos do Banco Mundial, apenas a Argentina mantém uma liderança na quantidade de finan-

ciamentos, visto que muitos projetos de Colômbia e Equador eram destinados a outros setores. A disposição no caso do BID não é muito alterada. Esse gráfico também permite avaliar a grande contribuição do NDB para o Brasil, considerando que o Banco Mundial e o BID apenas possuem um projeto cada para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão tanto das ações conjuntas declaradas pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no âmbito da COP, quanto das estratégias institucionais e de suas metas em direção ao financiamento climático, é possível perceber que foram buscados esforços destas instituições financeiras no processo de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Porém, apesar das metas ambiciosas e dos esforços discursivos dos bancos, é importante evidenciar os limites da capacidade e da efetividade destes instrumentos financeiros na contribuição em direção à transição para uma economia de baixo carbono.

Primeiro, é importante avaliar o debate sobre a maior demanda de recursos financeiros voltados ao clima para os países em desenvolvimento, os quais são fortemente afetados pelos impactos das mudanças climáticas, porém, ainda possuem limitações de capital, inclusive considerando a lógica de que os países desenvolvidos contribuíram mais para este cenário de crise.

Além disso, muito se discute sobre como as metas, as estratégias e as grandes quantias de recursos prometidas são realmente suficientes e efetivas para lidar com a trajetória de crise climática em curso. Considerando os dados dos financiamentos avaliados, pelo menos no que tange o setor energético, ainda há muito espaço para que haja o direcionamento significativo de financiamentos para transição energética na região da América do Sul.

Ademais, é preciso ter cuidado para que os compromissos não fiquem apenas no campo discursivo. As metas precisam ser efetivas para que haja impactos positivos. Nesse sentido, não deve haver apenas uma maior quantia de investimentos disponíveis para projetos sustentáveis, mas sim uma maior consideração sobre os riscos socioambientais envolvidos, inclusive em projetos de energia renovável, que acabam sendo associados ao seu caráter sustentável, mas também podem representar circunstâncias de graves impactos. Ou seja, não basta só investir em renováveis, deve-se haver

responsabilidade com a população e com o território onde os projetos são executados.

É importante, assim, também compreender outros processos que afetam a trajetória para uma transição energética. Dessa maneira, cabe salientar que o conceito de transição energética deve ser analisado como um processo que vai além da redução dos combustíveis fósseis e ampliação de infraestruturas renováveis.

Dessa maneira, há duas questões que estão mais relacionadas ao escopo regional da América do Sul. Uma delas tem a ver com a posição da região na cadeia produtiva das energias renováveis, já que os países da América do Sul são caracterizados pela presença de minerais estratégicos relevantes para a ampliação da eficiência energética e para a implementação de fontes renováveis. Por um lado, Bolívia, Chile e Argentina possuem grandes reservas de lítio, por outro lado, o Brasil detém potencial para a extração de níquel e terras raras (Vitto, 2022).

Esta característica condiciona a região a um novo ciclo de extrativismo, intrinsecamente associado ao processo de transição energética, que pode aprofundar os impactos socioambientais com a presença de

grandes players, como é o caso da China, que representa uma liderança tecnológica nos equipamentos voltados a esta área.

Nesse contexto, que sinaliza para um aumento da dependência dos países da região, também é necessário avaliar a questão da transferência de tecnologia, que parece ser uma das opções para que a região possa reduzir a vantagem chinesa na implementação de tecnologias de ponta associados à transição, com estratégias de pesquisa e desenvolvimento, além de políticas para proteção da indústria local (Vitto, 2022).

Diante disso, esta publicação buscou mapear e reunir as principais características da atuação dos BMDs no debate sobre o financiamento da transição, apresentando a narrativa institucional dos bancos e seus esforços discursivos, através de metas, compromissos e princípios. Dessa forma, o objetivo era recolher informações e agrupá-las, a fim de construir um material de reconhecimento do contexto. A partir disso, uma agenda de pesquisa se abre, para que possa ser realizada uma análise mais profunda e crítica sobre a efetividade destas iniciativas e os impactos sociais e ambientais que irão decorrer desse processo.

REFERÊNCIAS

2020 JOINT REPORT ON MULTILATERAL DEVELOPMENT BANKS' CLIMATE FINANCE. Jun, 2021.

BP. Statistical Review of World Energy, 71st edition - 2022. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2022-full-report.pdf>

BANCO MUNDIAL. Toward a Sustainable Energy Future for All: Directions for the World Bank Group's Energy Sector. World Bank Group, 2013.

BANCO MUNDIAL. Climate Change Action Plan 2016–2020. World Bank Group, 2016.

BANCO MUNDIAL. Climate Change Action Plan 2021–2025: Supporting Green, Resilient, and Inclusive Development. World Bank Group, 2021.

BANCO MUNDIAL. Projects & Operations, 2022. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-home>

BID. Electronic Appendix I: Operational Review and Lessons Learned from CCAP 2016–2020. Inter-American Development Bank, 2020.

BID. Marco de Políticas Ambientais e Sociais. Setembro, 2020b.

BID. Climate Change Action Plan 2021–2025. IDB Group, 2021a.

BID. BID lança iniciativa para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Comunicados de Imprensa, Março 18, 2021b. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-lanca-iniciativa-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-regiao-amazonica>

BID. IDB Projects, 2022. Disponível em: www.iadb.org/pt/projects-search

JOINT STATEMENT. Delivering Climate Change Action at Scale: Our Commitment to Implementation. Joint Statement by the Multilateral Development Banks at Paris, COP21 - 2015a.

JOINT STATEMENT. Joint Statement by the Multilateral Development Banks on Sustainable Transport and Climate Change: MDBs Join Forces to Ramp up Climate Action in Transport. COP 21, 2015b.

JOINT STATEMENT. Mainstreaming Climate Action within Financial Institutions: Five Voluntary Principles. COP 21, 2015c.

JOINT STATEMENT. The MDBs' alignment approach to the objectives of the Paris Agreement: working together to catalyse low-emissions and climate-resilient development. COP 24, 2018.

JOINT STATEMENT. High Level MDB Statement. UNSG Climate Action Summit, COP 25 - 22 September 2019.

JOINT STATEMENT. MDB Just Transition High-Level Principles. COP 26, 2021a.

JOINT STATEMENT. Collective Climate Ambition - a Joint Statement at COP26 by the Multilateral Development Banks, 2021b.

JOINT STATEMENT. COP 27 Multilateral Development Banks Joint Statement, 2022.

NDB. Financing of Renewable Energy Projects and Associated Transmission, 2016. Disponível em: <https://www.ndb.int/bndes-brazil/>

NDB. General Strategy (2017-2021), 2017. Available in: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/08/NDB-Strategy.pdf>

NDB, 2020 - Sustainable Financing Policy Framework: governing the issuances of green/social/sustainability debt instruments

NDB. Brasilia Capital of Solar Lighting Project, 2021. Disponível em: <https://www.ndb.int/brasilia-capital-of-solar-lighting-project/>

NDB. General Strategy (2022-2026), 2022a. Available in: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/07/NDB_StrategyDocument_Eversion-1.pdf

NDB. List of All Projects, 2022b. Available in: <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>

NDB. Banco do Brasil Sustainable Finance Project, 2022c. Disponível em: <https://www.ndb.int/banco-do-brasil-sustainable-finance-project/>

OIT. Frequently Asked Questions on just transition. International Labour Organization (ILO), 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/WCMS824102/lang--en/index.htm>

UNFCCC. Just Transition of the Workforce, and the Creation of Decent Work and Quality Jobs. Technical paper, United Nations, 2016. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Just%20transition.pdf>

VITTO, William Clavijo. Geopolítica da transição energética: analisando as implicações da difusão das novas fontes renováveis. Ensaio Energético, 2022. Disponível em: <https://ensaioenergetico.com.br/implicacoes-geopoliticas-do-processo-de-transicao-energetica/>

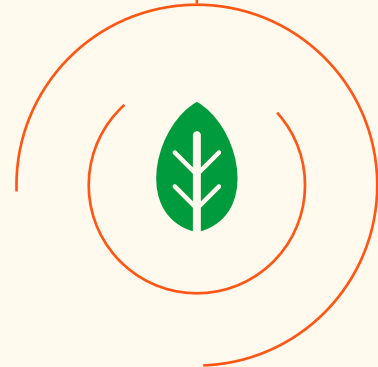
VOLCOVICI, Valerie; SHALAL, Andrea; ABNETT, Kate. World Bank revises climate policy but stops short of halting fossil fuel funding. Reuters, March 31, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/climate-change-worldbank-exclusive-int-idUSKBN2BN3HE>



SAIBA MAIS:



bricspolicycenter.org



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO



LACID



CHARLES STEWART
MOTT FOUNDATION